

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

DEPARTAMENTO FEDERAL DE JUSTIÇA

DESPACHO DO DIRETOR GERAL

Em 19 de julho de 1983

FLAVIO SACCAROLA
Proc. nº 43 523/80

Consoante Certidão de 05/07/83, do Juízo de Direito do Cartório do Cível da Comarca de Castro/Paraná, determino a expedição de novo Certificado de Naturalização do estrangeiro FLAVIO SACCAROLA, ficando em consequência, cancelado e de nenhum efeito, o extraviado.

IVANCIR GONÇALVES DA ROCHA CASTRO

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 32ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 19.06.83.

As dezoito horas do dia dezoito de junho, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária, no Hotel Eron - sobreloja. Presentes os Senhores Conselheiros ANTONIO ZAPPALÁ, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, BENJAMIN MORAES FILHO, EVERARDO DA CUNHA LUNA, JASON SOARES ALBERGARIA, JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, JOSÉ MAURO COUTO DE ASSIS, SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, NABOR CESAR SIQUEIRA, HEBER SOARES VARGAS, ANTONIO VICENTE DA COSTA JÚNIOR, JOSÉ DE SIQUEIRA SILVA, ALCEO MORAES ALMEIDA, EDSON FREIRE O'DWYER e JAIR LEONARDO LOPES. Em assuntos gerais o Senhor Presidente informou ao Plenário sobre os expedientes que tramitaram pelo CNPP no período compreendido entre treze de maio a dezois de junho corrente. Iniciando os trabalhos contidos na ordem do dia o Senhor Presidente submeteu a ata da reunião anterior à apreciação do Conselho, tendo sido aprovada por unanimidade. Em seguida o Senhor Presidente comunicou que o Exmº Senhor Ministro da Justiça aprovou o roteiro da Revista a ser elaborada pelo CNPP e DEPEN, bem como a indicação dos Senhores Diretores responsáveis por essa publicação, a seguir mencionados: Professores SERGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, JASON SOARES ALBERGARIA, FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO e Desembargador LUIZ VICENTE CERNICCHIARO, sendo o primeiro coordenador do trabalho. Compõe-se o conteúdo do roteiro de Título, (a ser proposto e apreciado), Atos do CNPP, Atos do DEPEN, Doutrina, Legislação, Jurisprudência, Encontros, Congressos e Bibliografia. Foi determinado que o período de tiragens seria trimestral, devendo o primeiro número ser editado brevemente. Quanto ao ENCONTRO NACIONAL SOBRE SISTEMA PENITENCIÁRIO, objeto central da ordem do dia, e que seria realizado nos dois dias subsequentes a esta reunião ordinária, foi colocado ao Plenário pelo Senhor Diretor-Geral do DEPEN, minucioso relatório em que expôs a programação prevista bem como, assessorado por técnicos de sua equipe, promoveu esclarecimentos relativos ao desempenho dos mesmos técnicos quanto à dinâmica dos trabalhos dos grupos do encontro, antecipadamente estruturada. Ratificou-se ainda os papéis a serem desempenhados pelos Senhores Conselheiros Expositores dos temas de cada grupo de trabalho. Esclarecidos todos os pormenores do desenvolvimento do evento o Senhor Diretor-Geral do DEPEN, ainda com a palavra, informou sobre o andamento do estudo relativo à criação da Escola Penitenciária Nacional, meta prioritária a ser alcançada pelo CNPP e DEPEN, em cumprimento a objetivos traçados pelo Ministro IBRAHIM ABI-ACKEL. Da presente reunião participou ainda a equipe do DEPEN já mencionada e a seguir indicada: Dra. MARIA DAS GRAÇAS RODRIGUES, Psicóloga - Professora CARMEN DE CARVALHO, Criminologista - Professora SÔNIA MAXIMO DE OLIVEIRA, Assistente Social - Dra. LELIA TINOCO, Psicóloga Dra. MIRIAM RODRIGUES, Psicóloga. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão informando que após a conclusão dos trabalhos do Encontro, seria transcrito nesta, o relatório global que indicaria o resultado obtido dos trabalhos previstos na programação. Assim, em cumprimento a determinação do Senhor Presidente, transcrevemos a seguir, a "SÍNTESE DAS CONCLUSÕES DO 7º GRUPO (POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA)". RELATOR: DOUTOR JOÃO BENEDITO DE AZEVEDO MARQUES - 1º - Entre as instâncias formais de controle e prevenção da criminalidade deve-se destacar a atuação permanente e sistemática de uma Política Criminal e Penitenciária tendo por pressuposto uma eficiente e justa Política Social. - 2º - Na elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento, é imperiosa a inclusão das normas gerais atinentes à Política Criminal e Penitenciária bem como a destinação de maiores recursos financeiros. - 3º - Modernização do Sistema de Administração da Justiça Criminal e Penitenciária com o recurso aos meios e métodos proporcionados pela ciência e pela tecnologia, inclusive quanto à contribuição da informática. - 4º - Necessidade de maior assistência ao menor carente, ao preso e ao egresso, garantindo-lhe o uso e gozo de direitos humanos, econômicos, sociais e culturais. SÍNTESE DAS CONCLUSÕES DOS GRUPOS QUE TRATARAM DOS TEMAS: 1º Exame Criminológico; 2º Reeducação; 3º Classificação.

RELATORES: - SÉRGIO HABIB, HELTETE LEAL e CELSO SÉRGIO FERREIRA. 1º - O exame criminológico é providência necessária para orientar a execução das penas privativas de liberdade e de medida de segurança detentiva, devendo o Conselho Nacional de Política Penitenciária indicar normas gerais para a sua realização a ser procedida por equipes interdisciplinares. 2º - A individualização da pena como garantia constitucional pressupõe um levantamento adequado das condições bio-psico-sociais do condenado a fim de personalizar a execução das reações penais. Para tanto é indispensável a capacitação criminológica de Juizes e funcionários da administração penitenciária. 3º - A Comissão Técnica de Classificação deverá ser integrada pelas pessoas indicadas no artigo 7º parágrafo único do Anteprojeto da Lei de Execução Penal e também por um religioso e um representante da Comunidade. 4º - A administração dos estabelecimentos penais deve estar vinculada às Secretarias de Justiça, vedando-se a participação de servidores integrantes do quadro das secretarias de Segurança Pública. 5º - O Trabalho e os demais elementos de tratamento como a educação, o esporte, a religião e o lazer, devem ser proporcionados em atenção às condições pessoais do preso visando a sua adequada reintegração Social. 6º - Entre as diretrizes políticas de atuação no campo de trabalho prisional deve-se destacar: a) a implantação de oficinas e de atividades agro-pecuárias; b) a celebração de convênios com entidades públicas e particulares para o estímulo e escoamento da produção; c) a remuneração condigna, aplicando-se os seus frutos na indenização dos danos causados pelo delito; nas assistências à família; no ressarcimento ao Estado de despesas de manutenção e na formação de um pecúlio; d) o incentivo junto à comunidade para absorver os produtos. 7º - O processo de diálogo entre o condenado e o Estado e entre o condenado e a comunidade deve ser estimulado através dos meios de comunicação, garantindo-se o exercício dos direitos e o cumprimento dos deveres inerentes à cidadania e à cultura. SÍNTESE DAS CONCLUSÕES DO 1º GRUPO, 2º GRUPO A, 2º GRUPO B e 3º GRUPO (ORGANIZAÇÃO PENITENCIÁRIA). RELATORES - ANTONIO CANDIDO DE OLIVEIRA, MARCELO JARDIM LINHARES, VICENTE SARUBBI e ITAIR SÁ DASILVA. 1º - O maior entrosamento entre os diversos órgãos da execução penal está na dependência de eficiente aporte de recursos materiais e de pessoal qualificado, com a necessária seleção em obediência às diretrizes da Escola Nacional Penitenciária. 2º - A participação da comunidade no quadro das reações penais deve ser orientada também para fora das unidades prisionais a fim de resguardar os direitos do egresso. O apoio da imprensa, do rádio, do cinema e da televisão, em tal objetivo, é indispensável como colaboração aos órgãos de execução. 3º - A cela individual é uma das providências infastáveis para que se cumpra a exigência de humanização das prisões atenuando-se o drama das superpopulações carcerárias e a formação das tragédias que marcam a execução segregadora da pena privativa de liberdade. - 4º - Na investigação do estado de periculosidade, é recomendável estabelecer parâmetros de avaliação a fim de se evitar a diversidade de critérios e o arbítrio nos diagnósticos. 5º - Na execução das medidas de Segurança, o sistema deve amparar os direitos da pessoa humana do interno, principalmente no campo de suas relações familiares e sociais. 6º - O sistema de execução das penas e das medidas de segurança deve formar o seu próprio pessoal inclusive quanto ao setor de segurança dos estabelecimentos penais. A Escola de Formação do Pessoal Penitenciário deve ser estimulada nos níveis estadual, regional e nacional. Um dos primeiros e mais importantes passos nessa caminhada de recuperação do atual sistema penitenciário brasileiro consiste na educação dos servidores e na sua preparação para a missão enobrecedora da reinserção social do delinqüente. Brasília, 21 de junho de 1983. RENE ARTEL DOTTI - Relator Geral. Além da colocação da síntese em apreço o Senhor Conselheiro EVERARDO DA CUNHA LUNA, Expositor do 1º Grupo de Trabalho do Encontro, trouxe ao Senhor Presidente, mensagem procedente do Senhor Secretário de Justiça do Estado de Pernambuco, formulando convite ao CNPP para que a reunião ordinária dom 27 de setembro, fosse realizada na Capital daquele Estado. Agradecendo e aceitando o mencionado convite, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Conselheiro EVERARDO LUNA, o obséquio de organizar o programa que o Senhor Secretário em apreço pretende desenvolver na oportunidade. Merecendo aprovação a presente ata será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário.

PIO SOARES CANEDO
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA
Secretária - Executiva - CNPP

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 155, DE 04 DE JULHO DE 1983

O Ministro de Estado DA

FAZENDA, nos termos do Decreto nº 81.402, de 23 de fevereiro de 1978, e tendo em vista o que consta do processo SUSEP nº 001-2.229/83, RESOLVE:

Aprovar as alterações introduzidas no Estatuto do MONTEPIO MFN, com sede na cidade de Porto Alegre (RS), conforme decisão do Conselho Deliberativo em Reunião Extraordinária realizada em 10 de maio de 1983.

ERNESTO GALVEAS